

A GUERRA DOS CEM ANOS

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher
Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Paulo Celso Moura
Ricardo D'Elia Matheus
Sandra Aparecida Ferreira
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg
Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

GEORGES MINOIS

A GUERRA DOS CEM ANOS
O NASCIMENTO DE DUAS NAÇÕES

TRADUÇÃO
THOMAZ KAWAUCHE



Título original: *La Guerre de Cent Ans: Naissance de deux nations*

© 2016 Perrin, Paris
© 2024 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

M666g Minois, Georges

A Guerra dos Cem Anos: o nascimento de duas nações /
Georges Minois; traduzido por Thomaz Kawauche. – São Paulo:
Editora Unesp, 2024.

Tradução de: *La Guerre de Cent Ans: Naissance de deux nations*
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-215-1

1. História europeia. 2. Idade média. 3. França. 4. Grã-Bretanha.
5. Guerras e conflitos. I. Kawauche, Thomaz. II. Título.

2024-780

CDD 940

CDU 94(4)

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

IDE, SENHORES, CADA UM EM SEU POSTO [...]

*TENDO NOSSOS BRAÇOS COMO CONSCIÊNCIA E NOSSAS ESPADAS COMO LEI.
AVANCEMOS JUNTOS E BRAVAMENTE! VAMOS LÁ, AOS TRANCOS E BARRANCOS,
SE NÃO PARA O CÉU, QUE SEJA, ENTÃO, DE MÃOS DADAS, PARA O INFERNO.*

(William Shakespeare, Ricardo III, V, 3)

SUMÁRIO

PREFÁCIO: A GUERRA DOS CEM ANOS ACONTECEU?..... 1

1 – ORIGENS E NATUREZA DO CONFLITO:

UMA RIXA FEUDAL QUE AUMENTA (1327-1338) 5

A crise monárquica inglesa (Londres, 1327); O reino da Inglaterra; O problema escocês; O reino da França; A crise dinástica francesa (Paris, 1328); Os problemas de Flandres e da Aquitânia; As relações se degradam (1328-1336); A escalada (1336); Eduardo III e a coalizão dos Países Baixos (1337); Os dados são lançados (1338)

2 – GUERRA E PESTE: VITÓRIAS INGLESAS E

A MORTE NEGRA (1338-1348)..... 49

Uma luta indefinida em 1338-1339; Gante, 26 de janeiro de 1340: Eduardo, rei da França; Eclusa (24 de junho de 1340): uma Trafalgar medieval?; Trégua de Espléchin e avaliação do início da guerra (setembro de 1340); Uma nova frente: Bretanha (1341-1343); A trégua de Malestroit. Novo balanço (janeiro de 1343); Fracasso das negociações (Avignon, 1344); Retomada da guerra (1345); Crécy (26 de agosto de 1346); 1346, Annus mirabilis para Eduardo III; 1347: Calais; 1348: a peste interrompe a guerra

3 – DE CALAIS A BRÉTIGNY: OS INFORTÚNIOS DO

REINO DA FRANÇA (1348-1360) 101

Fim do reinado (1348-1350); Início do reinado: João II e sua comitiva (1350-1353); Um novo interventor: Carlos, o Mau (1354); 1355: a cavalcada do Príncipe Negro; 1356: os problemas do rei João; Poitiers (19 de setembro de 1356); A França rumo ao caos (outubro de 1356-outubro de 1357); Carlos, o Mau: o retorno; Da guerra

franco-inglesa à guerra social: a Jacquerie (maio-agosto de 1358); O delfim e o rei de Navarra (verão de 1358-verão de 1359); A cavalgada de Eduardo III (outubro de 1359-maio de 1360); Brétigny, 8 de maio de 1360: o desmembramento do reino

4 – UMA GUERRA CONTAGIOSA: A “PAZ BIZARRA”

E AS GRANDES COMPANHIAS (1360-1370)..... 155

Auvérnia, Provença, Champagne: o início das companhias; O reinado das grandes companhias (1360-1364); Paz estranha e segundo fim de reinado (1360-1364); O início da associação Carlos V – Du Guesclin: Cocherel (16 de maio de 1364); A solução do problema bretão: Auray e Guérande (1364-1365); As companhias na Espanha (1366); Nájera (3 de abril de 1367) e Montiel (14 de março de 1368); Da falsa paz à verdadeira guerra (1368-1369)

5 – RECONQUISTA E REVOLTAS: DA RECUPERAÇÃO

FRANCESA À CRISE EUROPEIA (1370-1382) 195

Início do recuo inglês; Du Guesclin, condestável da França (2 de outubro de 1370); A nova estratégia. Pontvallain (4 de dezembro de 1370); A reconquista de Poitou (1371-1372); Chizé, cavalgada de Lancaster e assuntos bretões (1373-1375); A trégua de Bruges e o difícil fim do reinado na Inglaterra (junho de 1375-junho de 1377); Últimos sucessos de Carlos V e Du Guesclin (1377-1380); O Cisma e a Guerra dos Cem Anos; De Carlos V a Carlos VI (1380); As desordens das duas menoridades (1380-1382)

6 – MUTAÇÕES DE CONFLITO: DA GUERRA FEUDAL

À GUERRA CIVIL (1382-1415) 241

Os problemas ingleses: Ricardo II e a aproximação com a França (1382-1399); Ascensão dos Lancaster (1399); A França paralisada por conflitos internos e pela loucura do rei (1382-1399); Entre guerra e paz: as dificuldades de Henrique IV (1400-1409); Armagnacs e burgúndios: gênese da ruptura (1404-1409); As duas facções e a ajuda inglesa (1410-1412); O episódio cabochiano (1413); Henrique V, árbitro das facções francesas (1413-1415)

7 – A VITÓRIA INCOMPLETA DOS LANCASTER: AZINCOURT,

TROYES E O ESFACELAMENTO DA FRANÇA (1415-1423) 283

Azincourt (25 de outubro de 1415); Um interlúdio diplomático (1416); Conquista da Normandia e assassinato de João Sem Medo (1417-1419); O Tratado de Troyes

(21 de maio de 1420); Uma implementação difícil (1420-1422); A morte dos reis e da França inglesa (1422-1423); Bedford, Filipe, o Bom, e João V; O reino de Bourges; Rumo à guerra patriótica?

8 – O EQUILÍBRIO: A GUERRA DE EXAUSTÃO DE 1424 A 1444..... 323

O conflito fica estagnado (1424-1428); A ofensiva inglesa de 1428: Orléans; A consagração de Carlos VII (1429); De uma consagração a outra (1429-1431); O conflito perde fôlego (1432-1435); O Congresso e o Tratado de Arras (julho-setembro de 1435); Captura de Paris (1436); os ingleses na defensiva (1436-1439); Os esfoladores e a Praguerie (1439-1440); O recuo dos ingleses (1440-1443); A Trégua de Tours (1444)

9 – O FIM DE UMA GUERRA SEM FIM: DA TRÉGUA DE TOURS À BATALHA DE CASTILLON (1444-1453) 371

A recreação de Nancy e Châlons (1444-1445); Reformas militares e fiscais na França; Desordens e fraquezas da Inglaterra; Tréguas e negociações (1444-1449); A reconquista da Normandia (1449-1450); A primeira conquista da Aquitânia (1451); Filipe, o Bom, e o delfim Luís; A segunda conquista da Aquitânia (1453)

10 – A GUERRA DOS CEM ANOS: FATOR DE MUDANÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS 419

Demografia: perdas humanas e migrações; Insegurança e militarização do espaço; Desorganização da rede urbana francesa; Declínio de Paris, ascensão de Londres; A guerra como matriz de políticas econômicas: privatizações, estatização e dirigismo; A guerra, fator de tributação permanente e agitação social; A guerra e a crise do senhorio; A nobreza, da realidade ao sonho

11 – A GUERRA DOS CEM ANOS: FATOR DE MUDANÇAS POLÍTICAS E MILITARES 463

Enfraquecimento e desvio da ideia de cruzada; Uma diplomacia de desconfiança; O rei da França: rumo ao direito divino; A Guerra dos Cem Anos: fator de centralização ou descentralização?; O imposto permanente: consequência direta da guerra; O poder real inglês pressionado entre o Parlamento e a aristocracia; Eficácia do exército inglês no século XIV: o grande arco, arma mítica; O exército francês: do cavaleiro ao canhão; Prática e teoria da guerra; Os mercenários; Uma lacuna: a marinha

12 – A GUERRA DOS CEM ANOS: FATOR DE MUDANÇAS CULTURAIS E RELIGIOSAS	513
<i>A banalização da violência e o caráter inelutável da guerra; A guerra justa: tema de propaganda; O clero e a guerra: participação ativa; A Guerra dos Cem Anos: recuo da cristandade em benefício das igrejas nacionais; Xenofobia e sentimento nacional: França; Nascimento do orgulho nacional inglês; As guerras das línguas; Nascimento da identidade cultural; A guerra: estimuladora da história e da profecia; A guerra, o medo e o irracional</i>	
EPÍLOGO: DO CRISTIANISMO À EUROPA DAS NAÇÕES	563
CRONOLOGIA	569
GENEALOGIAS	573
BIBLIOGRAFIA SELECIONADA	579
<i>Siglas; Fontes e documentos impressos; Crônicas e fontes narrativas; História geral da Guerra dos Cem Anos; Aspectos políticos; Aspectos militares; Aspectos econômicos e sociais; Aspectos culturais; Biografias das principais personalidades</i>	
MAPAS	601
<i>Mapa 1 – França em 1328; Mapa 2 – Inglaterra nos séculos XIV e XV; Mapa 3 – Londres por volta de 1400 e Paris por volta de 1400; Mapa 4 – Principais zonas de confronto; Mapa 5 – Principais cavalgadas inglesas no século XIV; Mapa 6 – Principais batalhas campais; Mapa 7 – Crécy em 1346 e Poitiers em 1356; Mapa 8 – Cocherel em 1364 e Auray em 1364; Mapa 9 – Nájera em 1367 e Azincourt em 1415</i>	
ÍNDICE DE NOMES SELECIONADOS	611

PREFÁCIO

A GUERRA DOS CEM ANOS ACONTECEU?

Questão puramente formal, obviamente, mas necessária quando se trata de um termo consagrado como este, que às vezes esconde falsas evidências. A Guerra dos Cem Anos é uma criação de historiadores que amam o espetacular e as expressões chocantes, ou ela realmente aconteceu? Cem anos exatos de guerra, é quase bom demais para ser verdade! O uso de um termo de duração para designar um conflito pretende enfatizar a sua brevidade (a Guerra dos Seis Dias) ou a sua delonga incomum (as guerras dos Sete Anos e dos Trinta Anos). Aqui teríamos um recorde absoluto, e tão marcante que chega a levantar suspeitas.

Suspeitas confirmadas pelo fato de nenhum contemporâneo ter utilizado o termo. Em 1453, ninguém estava ciente de emergir de uma guerra de cem anos. Não somente nenhum tratado declara o seu fim, como nem mesmo se sabe ao certo quando ela começou. É verdade que, em 1389, Eustáquio Deschamps escreve:

*Ai de mim! Quem veria após cinquenta e dois anos
O povo morto, a grande matança
Cavaleiros, mulheres, crianças [...]*

Assim ele sugere que o caso começou em 1337. Os outros autores, porém, se contentam em dar as razões do conflito, como Hugo de Lannoy, que em 1436 declara que “as guerras estão emparedadas entre o rei da França e o rei Eduardo da Inglaterra pela coroa da França”; em 1438, Henrique VI, na fundação do colégio de All Souls em Oxford, convida à oração por aqueles que “caíram nas guerras pela coroa da França”.

As pessoas certamente sabem que estão envolvidas em um conflito interminável entre os reis da França e da Inglaterra. Porém, esse conflito é tão pontuado por tréguas e tratados que a cada vez parecem definitivos, como em Brétigny e em Troyes, que não é possível saber de verdade se o que ocorre é uma série de várias guerras ou um conflito único. O fim é ainda mais problemático do que o começo, uma vez que nenhum texto oficial é assinado: nem armistício, nem tratado de paz. Nada.

É apenas no início do século XVI que J. Meyer tem a intuição de uma guerra secular, escrevendo em seus *Commentaria sive Annales Rerum Flandicarum* que “a guerra inglesa [...] foi de todas a mais longa e a mais cruel; com intervalos, ela ultrapassa o centésimo ano”. Em 1600, João de Serres, em seu *Inventário geral da história de França*, menciona uma “guerra interna de cem anos” – mas ele pensa na guerra civil, cujos contornos são aliás difíceis de definir.

É preciso aguardar quase quatro séculos para que, finalmente, a “Guerra dos Cem Anos” fosse oficializada. O termo só foi usado pela primeira vez em 1823, num manual de história de C. Desmichels, o *Tableau chronologique de l’histoire du Moyen Âge*. O autor – ou o “inventor” – utiliza-o como uma expressão conveniente que permite esquematizar os embates confusos entre franceses e ingleses nos séculos XIV e XV. M. Boreau retoma o termo em 1839 em sua *História da França* e, em 1852, aparece a primeira obra intitulada *A Guerra dos Cem Anos*. Daí em diante, ele adquire o estatuto de verdade histórica intangível, em grande parte devido à sua simplicidade e conveniência. Na memória coletiva, o século XIX está agarrado a esse tronco com ramos denominados Joana d’Arc, Du Guesclin, Talbot, Étienne Marcel, Carlos (o Mau),

Pedro (o Cruel), Príncipe Negro, Crécy, Poitiers, Azincourt e um cenário de miniaturas medievais com castelos fortificados e cavaleiros de armadura. E, agora, a árvore da “Guerra dos Cem Anos” é tão inerradicável quanto o carvalho de São Luís.¹ Os ingleses levam um certo tempo até adotarem essa invenção francesa. É somente em 1869 que E. Freeman sugere a adesão. Desde então, a *Hundred Years War* torna-se um clássico que origina inúmeras publicações.

Dizer que a Guerra dos Cem Anos é uma convenção da historiografia não significa que ela seja um mito. A ciência histórica precisa de marcos e referenciais, e se termos como Antiguidade, Guerra do Peloponeso, Alta e Baixa Idade Média, Renascimento e tantos outros podem ser relativizados, nem por isso são necessariamente arbitrários. Consagrados por gerações de historiadores, revelam-se definitivamente sólidos e justificados. No que diz respeito à Guerra dos Cem Anos, as datas podem ser discutidas indefinidamente, pois nelas não há nada de oficial. Todavia, pelo fato de ser uma guerra anglo-francesa entre dois países que são inimigos há quase oito séculos, por que não falar da Guerra dos 750 anos, de Hastings (1066) a Waterloo (1815)? Ou, mais modestamente, da Guerra dos 180 anos, desde o primeiro confisco de Guiena (1294) até o Tratado de Picquigny (1475)?

Se as datas que se impõem são 1337-1453, ou seja, exatos 116 anos, é porque nesse intervalo o confronto atinge a sua máxima intensidade e, apesar das tréguas, os dois países vivem verdadeiramente em estado de guerra. Guerra aberta, com cercos, batalhas e destruição, ou guerra fria, especialmente durante os reinados de Ricardo II e Henrique IV, nos anos de 1390 e 1400.

O que constitui a unidade dessa guerra é a estabilidade dos protagonistas e de seus objetivos: rei da França contra rei da Inglaterra, em torno da reivindicação deste último à posse integral ou parcial do reino da França em total soberania. Tal é a aposta declarada de um século de massacres. Isso pode parecer trivial diante da devastação causada pelo conflito: que um Valois, um Plantageneta ou um Lancaster seja rei da França, qual a importância disso?

1 Referência ao rei Luís IX da França (reinado de 1226 a 1270, canonizado em 1297), que, de acordo com o cronista João de Joinville, ouvia as queixas de seus súditos debaixo de um carvalho próximo ao castelo de Vincennes. (N. T.)

Entretanto, como sempre, por trás dos objetivos declarados, existem realidades mais profundas, e queremos mostrar que essa guerra vai muito além do quadro de um confronto entre duas monarquias.

Já foi recontada tantas vezes que todos os principais episódios são bem conhecidos, e repeti-los mais uma vez não revelará nenhum segredo no tocante aos eventos. Por outro lado, é preciso tentar trazer à tona o significado deste grande conflito para a civilização europeia. Nenhum domínio sai ileso após uma guerra total de cem anos. Porque é de uma guerra total que se trata aqui; portanto, nela recorre-se a tudo: aperfeiçoamento das técnicas militares, espionagem, propaganda, guerra econômica, armas religiosas e ideológicas. A Guerra dos Cem Anos é mais do que uma guerra: ela diz respeito a uma mudança de civilização, que marca a passagem da cristandade feudal para uma Europa das nações mediante a tomada de consciência da identidade nacional da França e da Inglaterra. A guerra, que começa como um conflito feudal, termina em um confronto nacional. Longe de ser um epifenômeno político que desliza em meio às estruturas profundas da Idade Média, trata-se de um cataclismo que perturba a política, a economia, a sociedade, as crenças e a cultura.

A Guerra dos Cem Anos tampouco se limita geograficamente à França e à Inglaterra. O coração dos confrontos é a França, certamente. Mas muitos conflitos anexos são enxertados no duelo central, que tem ramificações até o sul da Espanha e da Itália, Suíça e Países Baixos, à margem do Império germânico. É uma verdadeira guerra europeia pelo jogo de alianças, e a Europa que dela emerge em 1453 é bem diferente daquela de 1337. Esta ainda era pensada em termos de cristandade, com uma aparência de união em torno do papa e do imperador. A nova Europa já é a Europa das nações, das identidades culturais e dos particularismos.

É por isso que será necessário, depois de relembrar os acontecimentos e recolocá-los em seus contextos, esboçar um balanço global, nos últimos três capítulos, das mudanças socioeconômicas, político-militares, religiosas e culturais provocadas por um século que desencadeou uma selvageria sem precedentes. Sim, a Guerra dos Cem Anos ocorreu e ela marca uma grande transição na civilização europeia.

ORIGENS E NATUREZA DO CONFLITO: *UMA RIXA FEUDAL QUE AUMENTA (1327-1338)*

No início do século XIV, tudo na Europa prenuncia graves crises e um futuro muito agitado. A Europa de então é a cristandade, ou seja, uma entidade fundada na comunidade de religião, na qual os Estados, baseados politicamente em laços dinásticos e relações feudais de homem para homem, mantêm relações conflituosas ou amistosas, nas quais a dimensão espiritual está sempre presente. A Igreja impõe gradualmente códigos de conduta e um quadro jurídico-canônico que regulam as relações humanas, tanto individuais quanto internacionais.

Essa bela construção teórica racha no início dos anos 1300. A própria cabeça é afetada: Roma, entregue aos combates de facções rivais, não é mais a sede do papado, que precisa se refugiar em Avignon a partir de 1309. Lá, a autoridade do papa recua diante daquela dos soberanos, os quais afirmam sua independência no plano temporal: o terrível confronto entre Bonifácio VIII e Filipe IV, o Belo, revela essa crise, que também opõe o papa e o imperador.

Este, eleito soberano, segundo regras ainda pouco claras, encontra-se à frente de um enorme conglomerado de cerca de 350 principados e cidades independentes de língua alemã; ele carrega um título de prestígio, porém vazio, pois seu verdadeiro poder vem essencialmente de suas posses familiares. De 1314 a 1347, é a vez de um bávaro, Luís de Wittelsbach, ou Luís da Baviera. Incentivado por pensadores como Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham (ou Occam), entra em conflito com o papa João XXII, que defende que a aprovação pontifícia é necessária para a eleição do imperador. A luta continua contra o papa Bento XII e, em 1338, os eleitores do Sacro Império, reunidos em Rhens, no Reno, proclamam que o rei dos romanos – título atribuído a quem está destinado a tornar-se imperador – não necessita da confirmação papal para exercer seu poder.

Enquanto as duas cabeças da cristandade disputam e deixam parte de seu prestígio nesse confronto, os turcos otomanos tornam-se ameaçadores. As cruzadas haviam perdido força e a viagem ao Oriente não interessa mais aos soberanos cristãos, que agora se preocupam mais em fortalecer seu poder local. O Império bizantino, um frágil baluarte contra os muçulmanos, é corroído por suas querelas internas. No leste da Europa, Sérvia, Hungria, Polônia e Lituânia formam unidades territoriais impressionantes em termos de extensão, mas a vida política ali é muito conturbada. As guerras entre a Polônia, a Lituânia e os territórios prussianos da Ordem Teutônica causam estrago. Tem-se por ali aquilo que ainda é uma frente pioneira. Mais além há o principado de Moscou, a república de Novgorod, o país da madeira, do alcatrão e das peles, frequentado apenas por mercadores ousados. No norte, Dinamarca, Suécia e Noruega oscilam entre conflitos e tentativas de união para controlar o comércio báltico contra os hanseáticos.

No sul, predomina a fragmentação. Itália, Milão, Veneza, Florença, Pisa e Gênova se enfrentam constantemente, o que não impede que os bancos florentinos dominem o mercado monetário ocidental. Os Estados da Igreja estão em completa anarquia. Quanto ao reino de Nápoles, de 1309 a 1343 seu dirigente é o angevino Roberto, que frequentemente intervém até os Alpes, onde também se manifestam as ambições do rei da Boêmia: este último, João de Luxemburgo, invade a Itália em 1331. No tocante à Península Ibérica, ela é partilhada por quatro reinos cristãos: a pequena Navarra, Aragão, Castela e Portugal. Os muçulmanos estão sempre presentes no sul, no reino de Granada.

Nessa cristandade politicamente fatiada, com chefes em luta, o centro de gravidade situa-se no noroeste, com os dois únicos Estados verdadeiramente poderosos e estáveis: os reinos da França e da Inglaterra. É sobre eles que repousa, desde o século XII, o equilíbrio feudal europeu, que é o lado temporal da cristandade. Somente os reis da França e da Inglaterra têm capacidade política e militar para garantir a estabilidade do sistema político medieval tradicional. É verdade que a inimizade entre eles remonta ao ano de 1066. As guerras entre Luís VII e Henrique II, Filipe Augusto e Ricardo Coração de Leão, são Luís e Henrique III, além de Filipe IV e Eduardo I, alimentam a epopeia militar medieval. Porém, elas obedecem a uma certa lógica interna do sistema feudal, e, de fato, serviam como reguladores enquanto o equilíbrio de forças fosse mantido. Além disso, essas guerras coincidem com a grande aventura das cruzadas e, ao contrário do que pensava o papado, as duas séries de conflitos são complementares, e não opostas. A cruzada obrigava os dois soberanos a lidar um com outro. Uma parte de seus vassalos permanecia continuamente no Oriente e suas guerras eram limitadas em intensidade, o que ajudava a manter o equilíbrio entre ambos. Ora, o último grande esforço de cruzada que exige a mobilização de recursos consideráveis data de 1293, com o projeto de Eduardo I. Desde então, os reis abandonam o sonho da reconquista do Oriente, podendo assim dedicar todas as suas forças para combater-se uns aos outros. É isso que diferencia a Guerra dos Cem Anos das guerras anteriores: a nova guerra será total, feroz e muito mais devastadora. Não é a Guerra dos Cem Anos que impede a continuidade das cruzadas; ao contrário, é o fim das cruzadas que permite a Guerra dos Cem Anos. E, ao mesmo tempo, essa guerra fratricida entre as duas grandes monarquias europeias levará ao naufrágio da cristandade, pois esta se apoia sobretudo na força estabilizadora que esses dois grandes reinos constituem.

A colisão de ambos era inevitável devido às contradições internas do sistema feudal. No início do século XIV, a feudalidade passa por tribulações. Perante o crescimento do poder monárquico, ela sofre uma dupla crise: crise interna em cada reino, com o confronto do poder real e dos grandes nobres, e crise externa, com os dois soberanos aprisionados nas engrenagens das obrigações feudais que os colocam em conflito no quadro das relações suserano-vassalo. A Guerra dos Cem Anos é inicialmente um conflito de tipo feudal.

Suas origens estão ligadas à crise entre o sistema feudal e a ascensão dos poderes monárquicos. Coincidência: os dois reinos passam quase simultaneamente, em 1327 e 1328, por crises dinásticas sintomáticas do mal-estar.

A CRISE MONÁRQUICA INGLESA (LONDRES, 1327)

Reino da Inglaterra, 1327. Em 13 de janeiro, em Londres, uma assembleia de representantes da população, que os historiadores hesitam em chamar de parlamento, decide depor o rei Eduardo II, sob alegação de ser incompetente (ele é responsável pela perda de territórios na Escócia, Irlanda e Aquitânia), além de cruel, fraco e incapaz de melhorar. Ele também é acusado de ter violado o juramento da coroação, de não ouvir conselhos sábios e de ter roubado nobres e clérigos. Encontra-se preso no castelo de Berkeley, perto de Gloucester, onde será assassinado logo depois. A coroa é transmitida para seu filho de 14 anos, Eduardo III.

O evento é obviamente excepcional. Os juristas encontram excelentes razões para justificá-lo, mas na verdade trata-se de uma revolução palaciana. O reinado de Eduardo II havia sido calamitoso. Sua impopularidade é ainda maior porque ele está sujeito a favoritos indignos, os irmãos Despenser, seus amantes, que ele cobrira de bens. A oposição da nobreza e de grande parte do alto clero apoiou a rainha, Isabel, irmã do rei Carlos IV da França e filha de Filipe IV, o Belo. Aproveitando uma missão na França onde acompanha o filho, ela planejou a derrubada do marido. Instalada em Valenciennes na casa do conde de Hainaut, Guilherme I, com seu amante Roger Mortimer, ela recrutou setecentos mercenários, que desembarcaram em 24 de setembro de 1326 em Orwell, na costa de Suffolk. Eduardo II, abandonado por todos, fugiu, foi capturado e, depois, confinado em Kenilworth até ser deposto. Seus favoritos, os Despenser, foram espancados, enforcados e esquartejados. Os novos senhores são Isabel e Mortimer, que mantêm o novo rei, o jovem Eduardo, sob tutela.

A nova equipe dirigente, com apetite insaciável por títulos e riquezas, rapidamente desperta a hostilidade dos grandes nobres, os condes de Lancaster, de Kent e de Norfolk, entre outros. O jovem rei é totalmente excluído dos negócios e vigiado de perto. No entanto, ele suporta cada vez menos sua

condição e consegue reunir ao seu redor uma equipe de jovens ambiciosos e, na noite de 19 de outubro de 1330, manda prender sua mãe e Mortimer no castelo de Nottingham. Mortimer é executado em 29 de novembro de 1330. Isabel, obrigada a devolver todos os bens que havia confiscado, é colocada em prisão domiciliar nos palacetes de Hertford e Castle Rising, onde morre em 1358, aos 66 anos.

Eduardo III torna-se, portanto, aos 18 anos, em 1330, o soberano efetivo. Sua personalidade não é muito conhecida, apesar – ou talvez por causa – de sua fama. Os cronistas de fato o descrevem recorrendo aos estereótipos do soberano cavaleiresco ideal. Froissart fala do “poderoso e valente rei Eduardo, que viveu e reinou tão nobre e corajosamente”, o que não nos informa muito. Em 1330, Eduardo é um jovem vivaz, atlético e pouco culto, com uma opinião elevada sobre si mesmo. Imerso desde a infância nas intrigas e tramas da corte, cúmplice da mãe na deposição e no assassinato do pai, adquiriu muito cedo a experiência da violência implacável do mundo das grandes feras que cercam o poder. Ali acrescenta certa dose de crueldade pessoal, da qual dará muitos exemplos durante as suas guerras. Impulsivo, falta-lhe reflexão no início, quando se lança impetuosamente nas empreitadas sem medir as consequências. A força é para ele a solução dos problemas. Seu maior trunfo é a capacidade intuitiva de se comportar de acordo com o que se espera dele. Instintivamente, tem os gestos do rei guerreiro cavaleiresco, e isso agrada os nobres que o rodeiam e que encontram nele um soberano capaz de inspirar respeito, medo e admiração. Essa comitiva é jovem e mais inclinada à ação do que à reflexão. No grupo que levou Eduardo ao poder em 1330, Humphrey Bohun, futuro conde de Hereford, tem 21 anos; seus irmãos Eduardo e Guilherme têm menos de 20 anos; João Moleyns tem 25; Guilherme Montagu, futuro conde de Salisbury, 28; João de Nevill, 30; o mais velho, Roberto Ufford, mais tarde conde de Suffolk, tem 32 anos. A Inglaterra é governada a partir de 1330 por esse bando de jovens turbulentos. O rei casa-se aos 16 anos com Filipa de Hainaut, filha do conde de Hainaut, que desempenha um papel moderador, mas muito limitado.

O REINO DA INGLATERRA

O reino da Inglaterra é relativamente pequeno: 130 mil km², e povoado por menos de cinco milhões de habitantes, concentrados principalmente no sudeste e no leste da Anglia, as regiões mais férteis. O resultado é uma homogeneidade bastante grande, além dos dialetos e sotaques locais. Um relativo sentimento de identidade nacional já une os ingleses, reforçado pelo caráter insular do país. Desconfia-se de estrangeiros, mercadores e clérigos, que são vigiados e chegam a ser presos e roubados em tempos de guerra. O glorioso reinado de Eduardo I (1272-1307), avô de Eduardo III, com suas vitórias sobre gauleses e escoceses, havia fortalecido o orgulho nacional, e o governante encorajara deliberadamente a difusão dos mitos de origem, que remontam à fundação da antiga Bretanha com a chegada dos troianos. As antigas lendas contadas no século XII por Godofredo de Monmouth são transformadas em verdades históricas: em 1278, Eduardo manda abrir a tumba de Arthur e Guinevere em Glastonbury. Outro fermento de coesão social e nacional é o desenvolvimento da língua inglesa, que vai conquistando a aristocracia desde o final do século XIII – até então, desde a invasão normanda, a nobreza e o alto clero se distinguiam do povo pelo uso do francês. Por volta de 1330, estamos em plena transição: embora o francês seja falado pelos nobres, ele é cada vez mais uma língua secundária, e Froissart aponta que os diplomatas ingleses tinham o hábito de se esquivar de questões delicadas nas negociações fingindo não entender seus interlocutores. A mentalidade da ilha se desenvolve, os nomes afrancesados diminuem e os casamentos principescos e reais com francesas não são populares.

O país é relativamente próspero, mas exclusivamente rural. Londres, que supera em muito todas as outras cidades, não chega nem a 50 mil habitantes. As grandes senhorias do centro, do sul e do sudeste são geridas de maneira eficiente e a produção agrícola normalmente basta para alimentar a população. No entanto, no início do século, os limites são atingidos e, até mesmo, ultrapassados: em 1315-1316, uma terrível fome afeta o país, que já apresenta excesso de população. A área cultivada atinge sua extensão máxima, as florestas estão consideravelmente recuadas e os rendimentos, estagnados. O equilíbrio produção-consumo é agora precário. Porém, ainda

em 1327, o cronista João, o Belo, que atravessa o país, declara que “nunca deixa de se maravilhar com tamanha abundância”.

A Inglaterra possui uma grande fonte de riqueza: a lã, cujo papel na economia nacional pode ser comparado ao do petróleo bruto no mundo atual. O país é o principal fornecedor de matérias-primas para a indústria têxtil flamenga. Isso tem uma tripla vantagem: primeiro, esse comércio enriquece a população, especialmente os pastores e mercadores, que constituem uma classe próspera e poderosa. Agrupados em sociedades que podem ser chamadas de capitalistas, eles compram licenças de exportação do rei, e sua riqueza lhes permite desempenhar um papel social e político cada vez maior: compram terras, palacetes, tornam-se credores da monarquia e podem influenciar suas decisões. Assim, o comerciante de tecidos João Pulteney, filho de um pequeno senhor (ou escudeiro) de Sussex, enriquece com o comércio de lã a ponto de se tornar uma das principais notabilidades de Londres, eleito quatro vezes prefeito, proprietário de 23 palacetes em cinco condados e de dois palácios em Londres. Ele manda construir o magnífico castelo de Penshurst Place em Kent, adianta dinheiro de guerra ao rei, e recebe título de nobreza em 1337.

Segunda vantagem da exportação de lã: ela é uma fonte inesgotável de receita para a coroa. O comércio desse produto volumoso é fácil de monitorar e, portanto, de tributar. É estritamente regulamentado. As exportações eram realizadas em um certo número de portos mediante licenças vendidas pelo rei e, além disso, os mercadores faziam negócios cujos valores podiam ser facilmente revisados. Além disso, magnatas da lã como João Pulteney podem adiantar fundos ao rei: eles desempenham o papel de banqueiros.

Terceira vantagem: a lã inglesa, indispensável para os artesãos flamengos, é uma formidável arma política para pressionar os príncipes do continente, sejam eles vassalos do rei da França ou membros do império: condes de Flandres, de Artésia, de Hainaut e duque de Brabante. Uma ameaça de embargo às exportações de lã põe em risco toda a economia de Bruges, Ypres, Gante e Lille, podendo provocar o caos revolucionário ao reduzir o proletariado urbano à miséria.

A monarquia inglesa também desenvolveu uma eficiente máquina administrativa. No nível central, a chancelaria, onde são redigidas e expedidas as decisões régias, é composta por uma equipe de escrivães competentes,

animada por um espírito de corpo tanto mais forte quanto mais fazem parte, na maioria das vezes, da casa privada do chanceler. Outra administração vital é o Tesouro,¹ onde todas as receitas e despesas são examinadas nas famosas mesas com toalhas de estampa quadriculada em preto e branco. Sob a direção do tesoureiro, esse serviço se estabiliza por volta de 1330 no distrito administrativo de Westminster, ainda separado da cidade de Londres por uma zona semirrural. A administração nômade é encerrada depois de uma experiência derradeira na década de 1330: Eduardo III, para conduzir a guerra na Escócia, transfere o Tesouro para York, o que exige mais de cinquenta carroças para transportar os arquivos.

O rei governa com o pessoal limitado de sua casa: algumas dezenas de clérigos e cavaleiros que são mais próximos. O coração do lugar é o guarda-roupa, de onde saem as decisões marcadas com o selo privado que o rei carrega consigo. Para Froissart, a Inglaterra é “o país mais bem governado do mundo”. A aplicação das decisões régias é facilitada pela pequena dimensão e pela homogeneidade do país, onde a lei comum (*Common Law*) se aplica em toda parte e homens livres podem recorrer a juízes de paz itinerantes.

Nas províncias, a eficiência da administração se assenta no equilíbrio entre os interesses locais e as exigências do poder central. Um homem personifica esse equilíbrio: o xerife, que não é mais o potentado todo-poderoso da era Robin Hood. Embora seus poderes tenham sido reduzidos, ele ainda está no centro das questões de ordem pública e tributação. Trata-se de um grande proprietário no condado que, na condição de nativo da região, deve levar em conta os interesses locais. A vantagem, para a monarquia, é que seus agentes não são percebidos como autoridades externas despóticas, como na França. A população se sente envolvida nas decisões.

O problema crucial, do qual depende em grande medida o resultado da guerra, é o das finanças. As receitas da monarquia inglesa são notavelmente insuficientes para sustentar um esforço militar em larga escala e em várias frentes durante décadas. A renda ordinária, proveniente dos bens patrimoniais do rei, varia entre 15 mil e 20 mil libras por ano. As taxas alfandegárias sobre a exportação de lã e peles rendem, no início do reinado de Eduardo III,

1 O termo em inglês é *Exchequer*, derivado da palavra francesa *Échiquier* (a mesma que designa o tabuleiro do *jeu des échecs*), e que devemos entender como Ministério das Finanças. (N. T.)

cerca de 13 mil libras. A taxa normal é de 6 s 8 d (6 *shillings* e 8 *pence*) por saco de lã, mas, em caso de necessidade, pode chegar a 3 libras.

Nada disso é suficiente em tempos de guerra. A monarquia inglesa também apela massivamente a empréstimos, recorrendo a comerciantes ricos e banqueiros renanos, flamengos e, sobretudo, italianos, o que implica certo risco para estes últimos. Os Frescobaldi, de Florença, adiantaram 150 mil libras a Eduardo I e Eduardo II antes de irem à falência em 1311. O rei, afinal, é um devedor pouco confiável, que só paga quando tem vontade. Os Bardi, também de Florença, irão se envolver perigosamente nas aventuras de Eduardo III.

Mas os próprios empréstimos não passam de um expediente que permite antecipar a devolução do imposto. Isso ainda é considerado um procedimento excepcional, ao qual o rei só pode recorrer mediante acordo com seus súditos, e esse acordo só pode ser firmado pelos representantes da comunidade do reino, ou seja, pelo Parlamento. Convocada pelo soberano, o Parlamento é composto pela assembleia dos lordes (cerca de 60 condes e barões do reino, 21 bispos e 30 abades) e pela assembleia dos comuns (2 cavaleiros para cada um dos 27 condados, além dos representantes de cerca de 70 burgos). O Parlamento vota o imposto solicitado em troca da consideração de suas petições pelo rei. Essas petições referem-se tanto a problemas da administração local como a reclamações contra agentes do poder central, ou até mesmo a orientações de política geral, interna ou externa.

As relações entre o rei e o Parlamento são um elemento fundamental para o bom funcionamento do Estado. Longe de serem antagônicas, as duas entidades se consideram como complementares. Os ingleses têm assim a impressão de estarem associados às decisões do soberano, e este, forte pelo assentimento de seus súditos, ganha confiança. Essa noção de interesse comum e unidade nacional ajuda a explicar os êxitos ingleses no início da guerra.

Quanto ao esforço financeiro exigido, ele se apresenta na forma de um imposto de um décimo dos bens móveis na cidade e um décimo quinto no campo. É comum dizer “arrecadar um décimo e um décimo quinto”. Isso pressupõe uma avaliação dos bens de todos, e é essa a parte delicada da questão. Tal avaliação foi realizada em 1334, na tradição do *Domesday Book*, mas estava fora de questão repetir a operação anualmente, o que gerou muitas disputas. Existem algumas exceções ao imposto: os condados palatinos

de Chester e Durham, tributados por seus titulares; o clero, tributado com o acordo do papa pelas duas assembleias representativas dos arcebispados da Cantuária e de York, as “Convocações”, e, finalmente, os habitantes das Cinco Portas, na costa de Kent e Sussex, que prestam serviço naval.

Outro elemento é crucial para a eficácia da monarquia em períodos de guerra: a atitude dos grandes nobres. A colaboração destes é decisiva para o sucesso das operações. De modo geral, estamos num período de relações bastante conflituosas entre os grandes vassalos e o rei, um período de crise da monarquia feudal. Na Inglaterra, porém, o problema se coloca de maneira diferente. Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que ocorre na França, a grande nobreza não se identifica com um território. As posses dos grandes barões são dispersas, não formam um bloco provincial que poderia constituir uma entidade política sustentada por um particularismo cultural. Assim, entre os nove condes do reino, o conde de Pembroke, cujo título vem de Aymer de Valence, morto em 1324, possui senhorios espalhados por dezenove condados, que vão desde a fronteira escocesa até o canal da Mancha, passando pelo País de Gales e pela Irlanda; mesmo assim, o condado de Pembroke corresponde a menos de um décimo de suas posses. De nenhum modo os condes (*earls*) e seus condados (*earldoms*) coincidem com as divisões administrativas que também chamamos de condados, mas que em inglês são chamados de *shires*. A única exceção é o conde de Lancaster, cujo condado (*earldom of Lancaster*) corresponde aproximadamente a Lancashire, no noroeste do reino. Com uma renda anual de 11 mil libras, Tomás de Lancaster é o barão mais poderoso do país. Mais tarde, os condados das marcas² galesas e escocesas, como Northumberland, também constituiriam entidades homogêneas. Porém, em meados do século XIV, a regra é – Froissart constata isso com surpresa – que “as terras e receitas dos barões estão dispersas entre vários lugares”.

Esses nove condes, assim como os cinquenta grandes nobres que os seguem, não são menos poderosos e formidáveis. Não se identificam com um território, mas são ricos e frequentados por uma clientela importante.

2 A *marca* era um território de fronteira que o rei cedia a um nobre encarregado de proteger militarmente o reino contra os ataques, e o conde que cuidava das marcas recebia o título de marquês. (N. T.)

Contam com administração própria (um modelo em escala reduzida do reino) e gestão eficiente dos domínios. Eles são, Froissart observa novamente, “inconstantes, perigosos, arrogantes e rebeldes”. Por repetidas vezes impuseram sua vontade à monarquia: a Magna Carta no tempo de João Sem Terra, as Constituições de Clarendon no tempo de Henrique III e, no caso de Eduardo II, eles simplesmente o destituíram. Porém, a originalidade desses movimentos é que eles não são dirigidos contra o poder real, mas, pelo contrário, são favoráveis a ele. Se Eduardo II foi derrubado, é porque foi considerado incapaz e incompetente. Os barões revoltados proclamam que devem lealdade à coroa, e não a este ou àquele rei, “de modo que, se na condução dos negócios do reino o rei não é guiado pela razão, seus súditos devem reconduzi-lo ao caminho dela”. Esses homens podem, portanto, ser perigosos para o rei em casos graves de divergência política, mas, por outro lado, havendo acordo entre o rei e os seus barões, estes prestam-lhe um apoio indispensável que lhe permite agir com total segurança e apresentar uma frente unida diante de seu inimigo, o que raramente aconteceu com o rei da França. Eduardo III, que está de acordo com os ideais de sua nobreza, alia-se a ela.

No início do reinado, porém, essa nobreza é hostil aos empreendimentos estrangeiros. Sua atitude pode ser descrita como isolacionista: as aventuras continentais não a preocupam mais depois que a Normandia foi perdida pelo rei João. Os laços com a França foram cortados. Os nobres ingleses não possuem mais bens para defender no continente, onde, ao contrário, têm muito a perder com os custos de equipamentos. No tempo de Eduardo I, eles já haviam expressado relutância em ir lutar pela Aquitânia e, em 1311, impuseram a Eduardo II o seguinte estatuto:

Uma vez que o rei não deve fazer guerra contra ninguém nem deixar seu reino sem o consentimento geral de seu baronato, devido aos muitos perigos que isso acarreta para ele e seu reino, ordenamos que, doravante, o rei não deixe seu reino nem faça guerra sem o consentimento geral do baronato, dado no Parlamento, e, se ele agir de outra forma e convocar suas tropas feudais para este fim, as convocações sejam nulas.

O estado de espírito da nobreza inglesa por volta de 1330 era, portanto, completamente contrário a uma intervenção na França.

O PROBLEMA ESCOCÊS

De fato, já existem ocupações bélicas suficientes na própria ilha da Bretanha, onde as regiões celtas continuam a causar problemas. O País de Gales precisou de tropas enormes em 1277 e 1287; Eduardo I conseguira subjugar essa região difícil construindo uma rede de enormes fortalezas no noroeste, em Harlech, Caernarvon, Conway, Beaumaris, Flint e Rhuddlan, mas os chefes dos clãs galeses permanecem sob vigilância. Muito mais difícil é o problema escocês. Porque o que há é um reino organizado, independente, com administração e soberano próprios, mas com o qual é difícil estabelecer relações diplomáticas estáveis devido à sua fragilidade socioeconômica. “País selvagem com charnecas desoladas e grandes montanhas, privado de tudo exceto de animais selvagens”, escreve João, o Belo, que viaja para lá em 1327: era de fato controlado por chefes de clãs em guerra perpétua, cujas incursões de saque devastam regularmente o norte de Inglaterra, entre Berwick e Carlisle. Até o poder romano foi forçado a parar seu avanço ali, como evidencia a antiga Muralha de Adriano. A autoridade central é frágil e depende de coalizões inconstantes entre os clãs. Durante séculos, os reis da Inglaterra tentam em vão estabelecer seu controle sobre essas regiões desoladas, alternando entre sucessos e fracassos. O último fracasso foi amargo: em 1314, Eduardo II é completamente derrotado em Bannockburn e, em 1328, é assinado o humilhante Tratado de Northampton, pelo qual o rei da Inglaterra reconhece Roberto Bruce como rei da Escócia, oferecendo sua irmã em casamento a Davi, filho de Bruce.

O risco de ataque escocês é permanente e pesa muito na política externa dos reis da Inglaterra, sempre ameaçados de traição quando se ocupam com negócios continentais. Isso os obriga a dividir suas forças, a limitar o recrutamento de soldados ao sul do Trent: ao norte, alista-se apenas contra os escoceses. O perigo inspira muito temor porque, desde o século XIII, Escócia e França estão ligadas por tratados que estabelecem a chamada “*Auld Alliance*”, a velha aliança, que permanecerá uma realidade até o século XVIII. Aliança cujo interesse estratégico é evidente para os associados, que submetem a Inglaterra a um estrangulamento. Certamente, as comunicações marítimas são difíceis entre os aliados: tempestades e interceptações por navios ingleses tornam incerto o envio de reforços aleatórios, mas qualquer ataque

simultâneo pode colocar o rei da Inglaterra em dificuldades. O primeiro tratado franco-escocês oficial, em 1295, é claro: se Eduardo vos atacar, escreve Filipe, o Belo, “ajudar-vos-ei atraindo o referido rei para outros lugares”; se ele desembarcar na França, promete o rei da Escócia, invadiremos o norte de seu reino, “sitiando as cidades e devastando o país”. Em 1326, esse tratado é renovado: Roberto Bruce promete invadir a Inglaterra “com todo o seu poder” no caso de uma guerra franco-inglesa. A aliança franco-escocesa será um importante fator estratégico durante a Guerra dos Cem Anos.

A renovação dos combates contra galeses e escoceses teve pelo menos um mérito para os ingleses: foi durante essas guerras que o exército inglês desenvolveu métodos, armamento e estratégia que o tornariam tão temível nas primeiras fases da Guerra dos Cem Anos. A evolução foi rápida e multifacetada, realizando-se essencialmente nos anos 1310-1330. No que diz respeito ao exército feudal tradicional, a mudança mais importante é a proporção reduzida de cavalaria, especialmente dos cavaleiros pesados, nas tropas de combate. Há uma razão sociológica para isso: a concentração de propriedades levou à diminuição do número de proprietários de terras ricos o bastante para equiparem-se como cavaleiros – estima-se entre 3 mil e 5 mil. As tropas devem ser reforçadas pelo desenvolvimento da infantaria, recrutada em meio às categorias sociais inferiores mediante um sistema de alistamento. De acordo com as necessidades da campanha, cada paróquia é responsável por fornecer um certo número de homens aptos, treinados e equipados, que serão pagos apenas em caso de guerra fora do país, o que será o caso quase sempre. O recrutamento é feito pelos comissários das guerras (*commissioners of array*).

Todos esses soldados de infantaria pertencem ao segmento superior do campesinato, porque devem providenciar seu equipamento e, para alguns deles, ter um cavalo. Não o animal pesado e caro do cavaleiro, o *destrier*, usado em batalha, mas um “*bidet*” (*mag*), usado para deslocamento. Isso permite que essa infantaria montada tenha mais mobilidade e economize suas forças durante as marchas. Com peitoral de couro, elmo e manoplas de ferro, espada, faca e lança, o cavaleiro leve, ou *hobelar*, é um proprietário de terras cuja exploração deve render pelo menos quinze libras por ano por volta de 1330. Aproximadamente no mesmo nível de riqueza, encontra-se o arqueiro montado, um agente essencial das vitórias inglesas. Sua arma é o grande

arco, *longbow*, um equipamento de dois metros de altura, cujo manuseio exige força e habilidade, além de longo treinamento. Posicionados em formações cerradas nas alas, abrigados atrás de uma paliçada de estacas pontiagudas, capazes de disparar seis flechas por minuto em tiros de saraivada, os arqueiros lançavam chuvas de projéteis para dizimar os inimigos. Foi entre 1320 e 1330 que esse formidável corpo de arqueiros montados substituiu os besteiros no exército inglês. Os mais humildes, que não possuíam cavalos, e cujas únicas armas eram o arco, a faca e a espada, são considerados camponeses abastados, apesar de tudo, com terras que rendiam pelo menos duas libras.

Essa nova forma de lutar, que fazia até mesmo os cavaleiros andarem a pé e que privilegiava a defesa mais do que o ataque em formações estáticas de piqueiros e arqueiros, foi emprestada dos escoceses. Os ingleses aprenderam a lição de Bannockburn, e seu exército, mais disciplinado, formado por médios proprietários de terras, motivados e unidos pelo espírito de corpo, é um instrumento flexível e homogêneo, uma verdadeira revolução na arte militar.

O REINO DA FRANÇA

Atravessemos o canal da Mancha e consideremos agora o enorme reino da França, a mais vasta e populosa unidade territorial da Europa: 420 mil km², 16 milhões de habitantes, ou seja, 3,2 vezes a área e a população da Inglaterra. O ano de 1328 é crucial aqui. Por um lado, um grande levantamento tributário fornece estatísticas um pouco mais precisas sobre o reino às vésperas do grande conflito: 24 mil paróquias, 2.469.987 domicílios fiscais, um país descrito por Froissart nos seguintes termos: naquela época, “cheio, feliz e forte, seu povo rico e próspero, e ninguém conheceu a guerra”. Quadro idílico que precisa ser relativizado. Embora seja verdade que, com exceção de Flandres, o reino está em paz há mais de um século e as pragas desapareceram, por outro lado, a fome reapareceu em 1315-1317, porque, como na Inglaterra, estamos no limite da superpopulação quando considerados os meios de produção da época: basta uma colheita ruim para se falar em escassez. A economia acaba de entrar em uma longa fase de depressão. A queda dos preços agrícolas havia começado na década de 1320. As cidades,

que cresciam mais rapidamente do que a população global, encontravam cada vez mais dificuldade para garantir seu abastecimento devido às maiores distâncias de transporte dos víveres. As atividades industriais e o grande comércio estão em crise: nas cidades têxteis de Flandres, são muito tensas as relações entre o proletariado tecelão e o patriciado dos grandes mercados. Gante, que com 60 mil habitantes é maior do que Londres, torna-se um foco de luta de classes. As grandes feiras de Champagne, Troyes, Bar, Lagny e Provins são apenas uma sombra do que haviam sido, porque os mercadores italianos e flamengos utilizam cada vez mais o vale do Reno e as passagens alpinas de um lado, e do outro lado, a via marítima.

Mas essas evoluções negativas são muito recentes para apagar a imagem de grandeza que ainda se impõe no espírito dos contemporâneos desde o glorioso reinado de São Luís. A monarquia francesa é a primeira da Europa. Desde o início do século, ela até parece ter mantido o papado sob seu domínio: o papa está ao seu alcance, do outro lado do Ródano, vigiado de Villeneuve-lès-Avignon pela recém-construída torre de Filipe, o Belo. De todo modo, ele é francês e está cercado por cardeais, a maioria deles franceses. Para o teólogo João de Jandun, “o governo da Terra pertence por direito à augusta e soberana casa de França”.

O rei, em Paris, está no centro de uma administração que os legistas de Filipe, o Belo, tornaram formidavelmente eficaz. Seu quartel-general é o palácio, um conjunto complexo de prédios na ponta da Île de la Cité, onde trabalham muitos escriturários, notários e sargentos, cuja quantidade é quintuplicada entre 1314 e 1343. A centralização ao estilo francês está em marcha: todas as decisões vêm de Paris, onde a chancelaria consome pergaminho e cera de lacre³ desenfreadamente: uma tonelada e um quarto em 1326!

Decisões importantes são tomadas no Grande Conselho, onde se reúnem em torno do rei os príncipes da família real, os membros da altíssima nobreza que se sentem incluídos, e uma proporção crescente de profissionais, vindos da burguesia e da pequena nobreza, formados em faculdades de direito. Esse novo pessoal, impregnado de direito romano, é desprezado pela

3 A “*cire à cacheter*” era a goma utilizada para lacrar a correspondência e imprimir o carimbo do anel do rei, funcionando como um selo real. (N. T.)

grande aristocracia, que se considera a conselheira natural do rei, cujo poder ela ainda procura equilibrar ao defender costumes e privilégios.

Essas duas tendências contraditórias, que sinalizam mudanças futuras na monarquia feudal, encontram-se no nível da administração local. No domínio real, bailios⁴ e senescais, rodeados de oficiais menores, tenentes, juízes e sargentos, são figuras consideráveis, zelosos agentes do poder do rei, não hesitando em atropelar costumes e vantagens adquiridas. O principal instrumento para o avanço da autoridade real é a justiça: o princípio é que em todo o reino os súditos que têm motivos de queixa sobre alguma “negação de justiça” por parte dos senhores locais, grandes ou pequenos, podem apelar para os tribunais reais. E, em última instância, os casos acabam no Parlamento de Paris, a suprema corte, localizada também na Île de la Cité. Por volta de 1330, houve ali uma sobrecarga de apelos: os oficiais reais pressionavam os litigantes a se dirigirem à justiça do rei.

Um dos principais limites do poder real é o próprio tamanho do reino, que fragiliza e atrasa a transmissão de notícias e decisões. A manutenção da ordem pública é tarefa difícil – ela se realiza com brutalidade, sendo a violência das execuções o meio mais expedito e prático para um corpo de oficiais em número muito insuficiente. Tal procedimento mantém, a uma só vez, o medo e a impopularidade do poder real, até mesmo porque os particularismos locais permanecem muito fortes.

O ponto fraco da monarquia francesa em pleno desenvolvimento é o sistema tributário, totalmente inadequado às novas necessidades. Como na Inglaterra, as receitas do domínio – entre 400 mil e 600 mil libras tornesas⁵ – eram insuficientes para financiar uma administração crescente e, acima de tudo, um exército em mudança. No início do século, isso é teoricamente impressionante, com números potenciais de 30 mil homens, um terço dos quais, cavaleiros. Mas o recrutamento clássico, baseado na convocação do *ban*,⁶ reunindo os vassalos por um período limitado, não se adapta mais ao

4 O bailio era um magistrado que atuava como uma espécie de xerife, e o território que se encontrava sob sua jurisdição era chamado bailiado. (N. T.)

5 No original, “*livres tournois*”: trata-se da libra francesa vigente até 1795 (a rigor, oficialmente vigente entre 1667 e 1720), com uma *livre tournois* equivalendo a 20 soldos. (N. T.)

6 O direito de *ban* dizia respeito ao poder de guerra do rei, e os francos entendem, em sentido lato, como uma prerrogativa real. No contexto deste livro, o substantivo *ban* deve ser entendido como proclamação pública. (N. T.)